

Atualidade econômica

63,1 trilhões, receita da

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A receita da União para 1985 foi estimada em Cr\$ 63.100,0 bilhões, quase o dobro dos Cr\$ 31.750,0 bilhões previstos para o corrente exercício — com base na reestimativa feita a 20 de março do corrente. Do total da receita do próximo ano, Cr\$ 20.503,4 bilhões constituirão vinculações, dos quais Cr\$ 5.656,7 bilhões permanecerão vinculados à União; Cr\$ 534,3 bilhões serão recursos diretamente arrecadados. As transferências para os Estados, municípios e o Distrito Federal apresentarão um acréscimo de 269% em relação ao orçamento deste ano, principalmente em decorrência da Emenda Constitucional 23, de dezembro do ano passado.

As despesas com pessoal e encargos sociais foi projetada para Cr\$ 10.554,0 bilhões, "sem considerar quaisquer reajustes salariais", sendo que as demais despesas correntes e de capital, foram estimadas em Cr\$ 31.263,6 bilhões, comportando, além dos eventos inadiáveis, compromissos da União com amortização e encargos de financiamentos, encargos com mutuários do Sistema Financeiro da Habitação, benefícios pecuniários, subsídios e preços mínimos, além do programa de mobilização energética.

"A elaboração da proposta orçamentária será conduzida segundo normas rígidas e austeras"

As projeções constam da Exposição de Motivos 154/84, que o ministro do Planejamento, Delfim Netto, encaminhou ao presidente da República em 14 de maio passado, e aprovada na mesma data pelo chefe do governo, aprovando "as diretrizes a serem observadas pelos órgãos integrantes do sistema orçamentário federal, na elaboração do orçamento anual para o exercício de 1985, a ser encaminhado ao Congresso Nacional até 31 de agosto do ano em curso, em obediência às disposições do artigo 66 da Constituição."

RÍGIDAS E AUSTERAS

Segundo o ministro do Planejamento, "a elaboração dos últimos exercícios, a elaboração da proposta orçamentária será conduzida segundo normas conjunturais rígidas e austeras, de modo que o orçamento, como instrumento de política econômica e de ação governamental, contribua efetivamente para a redução do déficit do setor público e o combate à inflação".

O ministro disse que a previsão de uma arrecadação de Cr\$ 63.100 bilhões "baseia-se em estudos sobre o comportamento dos principais parâmetros econômico-fiscais, considerando-se como premissas fundamentais uma redução inflacionária e a recuperação da atividade econômica, especialmente no setor industrial, ainda em 1984".

A esse propósito, o secretário da SOF — Secretaria de Orçamento e Finanças —, Frederico Bastos, esclareceu ao Estado que a projeção de uma receita tributária em 1985, que é o dobro da prevista para este ano, não significa que o governo estimou para o próximo ano uma inflação de 100%, pois a relação não é exatamente a mesma. De fato, na exposição de motivos, alerta o ministro do Planejamento que se agregam às projeções da receita da União uma série de medidas adotadas no campo fiscal, que tendem a elevar a arrecadação tributária, especialmente em relação ao Imposto de Renda, incidente nos ganhos de capital.

RIGOR DA DESPESA

Em relação à despesa, o governo

fixou as seguintes diretrizes para os diversos órgãos integrantes do sistema orçamentário federal:

- 1) — Impossibilidade de dar início a novos projetos ou atividades;
- 2) — Redimensionamento dos cronogramas de projetos em andamento, especialmente os de longo prazo, ajustando-os à efetiva disponibilidade de recursos;
- 3) — Revisão dos critérios que regem a participação de órgãos do setor público em organismos internacionais, tanto como cotistas, quanto em relação a congressos, seminários e reuniões;
- 4) — Redução do nível de subvenções concedidas a entidades governamentais deficitárias, que deverão direcionar seus recursos próprios, preferencialmente, para o pagamento de despesas irreduzíveis e inadiáveis (administrativas e operacionais), inclusive aquelas oriundas de encargos de financiamentos internos e externos;
- 5) — Direcionamento da participação acionária da União no capital de empresas estatais, especialmente as não-deficitárias, para o atendimento de programações de investimentos, como forma de se evitar aportes adicionais de recursos.

Outras recomendações restritivas, ainda mais específicas, foram feitas aos órgãos encarregados da elaboração dos orçamentos, especialmente:

- a) — Evitar programações que impliquem aquisição, construção, ampliação, reforma, adaptação, locação ou arrendamento de imóveis, bem como aquisição de mobiliário ou equipamento para unidades residenciais de representação funcional; as chamadas mordomias;
- b) — Eliminar a concessão de vantagens a servidores, a título de empréstimos, financiamento de imóveis ou veículos, ainda que relacionadas com o exercício do emprego, cargo ou função;
- c) — Administrar a frota de veículos de representação funcional e de transporte pessoal, de forma a obter o melhor desempenho possível, a baixo custo;
- d) — Abolir a alocação de recursos em unidades normativas, sempre que estes tiverem que ser transferidos às unidades executoras, uma vez que tal procedimento resulta em fluxos financeiros desnecessários, ocasionando acréscimos de custos e dificultando extremamente a execução orçamentária.

"Os recursos energéticos deverão ser canalizados para os projetos de curto prazo de maturação"

Há uma recomendação especial em relação ao programa de mobilização energética, no sentido de que seus recursos deverão ser canalizados para aqueles projetos de curto prazo de maturação, que não requeram grandes aportes de capital e possam contribuir rápida e efetivamente para a redução da dependência externa.

RETA FINAL

O secretário da SOF disse que as secretarias-gerais dos ministérios e os órgãos equivalentes já encaminharam suas propostas orçamentárias à secretaria, acompanhadas de documento analítico, as quais estão sendo compatibilizadas em função dos parâmetros globais estabelecidos.

Até o final do mês o documento será submetido ao ministro do Planejamento, que, em seguida, o levará a apreciação do presidente da República, a quem caberá dar a palavra final. Aprovado na esfera presidencial, o orçamento volta à SOF para a montagem final, retornando ao Planalto para efeito de envio da mensagem ao Congresso, até 31 de agosto.

União para 85